

CENTE SARUBBI alertou para o fracasso do sistema de recuperação social em alguns países, sugerindo que é melhor investir-se no menor infrator, do que gastar energias no "fluxo de saída", ao que esclareceu o Senhor Presidente que o CNPP está consciente do problema e está enfrentando-o no momento, como se demonstra pela constituição da Comissão do CNPP para examinar o Parecer da Comissão Interministerial, por sua vez incumbida de apreciar a proposta do CNPP sobre a criação do Departamento Nacional do Menor Infrator, em confronto com mensagem enviada pela FUNABEM. Iniciando os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente, em virtude da ausência do Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, adiou para uma futura reunião o relatório sobre as contribuições que o CNPP poderá enviar à Secretaria Geral da Conferência de Ministros Hispano-Luso-Americanos e Filipinas, bem como sobre o reconhecimento das sentenças penais para efeitos de execução dos seus pronunciamentos civis; da mesma forma, em virtude da ausência do Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, adiou também para uma futura reunião, a informação sobre o conteúdo do Parecer procedente do Conselheiro PEDRO CALMON, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Conselheiro JOSE DANTON DE OLIVEIRA que, em virtude da ausência do Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, relatasse sobre duas correspondências enviadas à presidência do CNPP pelo Pr. JORGE BRANCO DE GOUVEIA com referência à transferências de presos. Esclareceu o Relator que ambas as correspondências tratam de pedidos de transferências de presos, porém dentro do mesmo Estado, e que a Resolução do Conselho sobre o assunto refere-se apenas a transferências interestaduais; o Relator foi, pois, de Parecer que fossem feitas correspondências em resposta às consultas, ratificando o conceito de que as transferências dentro do mesmo Estado são da alçada da Justiça Estadual, não cabendo ao CNPP opinar sobre os pedidos das mesmas; o parecer foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente deu a palavra ao Conselheiro MAURO TICIANELLI para relatar sobre o "Encontro Nacional de Política Penitenciária", feito pelo DEPEND; sugeriu o Relator, ao final, que o Aviso Ministerial seja feito na base do Relatório do DEPEND. A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ que comunicasse ao CNPP o conteúdo de correspondência enviada ao Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI pelo Prof. PIETRO NUVOLO NE, Diretor responsável da Revista Crítica de Direito e Criminologia denominada "O Índice Penal", o que foi feito, ressaltando o parágrafo do post-scriptum da correspondência em que o Senhor Diretor da Revista promete o seguinte: "Farei alusão, no modo mais amplo possível, na minha Revista, sobre a Lei de Execução Penal, que me interessa muito". O Senhor Presidente franqueou a palavra para assuntos extra-pauta; o Dr. VICENTE SARUBBI expressou sua preocupação sobre a metodologia da recuperação dos presos, mencionando a deficiência e consequente dificuldades de intercâmbio de linguagem entre os participantes do Sistema Penitenciário e os presos, principalmente porque a terminologia usada não tem

o mesmo significado para ambos os lados; o tema suscitou comentários do Conselheiro JOSE DANTON DE OLIVEIRA, exaltando a importância da formação de Pessoal Penitenciário, e também do Senhor Presidente PIO SOARES CANEDO sobre o valor da Escola Penitenciária na formação de tal pessoal, lembrando, ainda, que os temas sobre a Escola Nacional Penitenciária e sobre o Menor Infrator, merecem presentemente especial atenção do CNPP. A seguir, o Senhor Presidente disse que esta é a segunda reunião do CNPP fora de sua sede em Brasília e agradeceu a honra do convite, em homenagem ao cinquentenário de Londrina e em atendimento ao convite feito pelos Conselheiros do CNPP que residem no Paraná, HEBER SOARES VARGAS, RENÉ ARIEL DOTTI, NEGI CALIXTO e MAURO TICIANELLI. Desejou votos de bom êxito ao VIII Congresso Brasileiro de Medicina Legal e ao I Congresso Brasileiro de Vitimologia. Comunicou que o Senhor Ministro da Justiça IBRAHIM ABI-ACKEL chegará hoje a Londrina às 16:15 (dezesseis horas e quinze minutos) e pronunciará às 20:00 (vinte) horas a Palestra Inaugural dos Congressos. Agradecendo mais uma vez a presença dos visitantes, o Senhor Presidente comentou, ao final, que a Lei de Execução Penal engrandece o CNPP e os Conselhos Penitenciários Estaduais e que o CNPP passará a ser o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ampliando-se os seus horizontes; também os Conselhos Penitenciários Estaduais terão maior amplitude com a Lei. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário ad hoc.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

ANTÔNIO ZAPPALÁ
Secretário ad hoc

Ministério das Relações Exteriores

DEPARTAMENTO CONSULAR E JURÍDICO

Divisão de Atos Internacionais

BRASIL-CANADÁ

EMENDA AO AJUSTE COMPLEMENTAR RELATIVO
À COOPERAÇÃO TÉCNICA SOBRE CAPACITAÇÃO
DO PESSOAL DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DE
6 DE NOVEMBRO DE 1978.

Por troca de notas, efetuada em Brasília, a 21 de novembro de 1984, foi concluída uma Emenda ao Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica sobre Capacitação do Pessoal do Setor de Comunicações de 6 de novembro de 1978, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.

A nota brasileira tem o seguinte teor:

DCOPT/DCS/DAI/53/644(B46)(B10). EM 21 DE NOVEMBRO

Senhor Embaixador,

Com referência à nota verbal B-203, datada de 26 de outubro de 1984, e às notas B-92 e DCOPT/DCS/DAI/DPF/36/644(B46)(B10), datadas de 06 de novembro de 1978, bem como ao artigo IV, Seção 4.03 da Emenda ao Acordo de Empréstimo assinada em 26 de outubro de 1984, e, finalmente, às notas verbais DCOPT/DCS/DAI/DPF/DTC/75/644(B46)(B10), de 22 de novembro de 1983, e B-97, de 11 de junho de 1984, tenho a honra de propor a seguinte Emenda ao Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica sobre Capacitação do Pessoal do Setor de Comunicações, celebrado em 06 de novembro de 1978:

a) O artigo III, em que se lê "Para a execução do projeto mencionado no artigo II, as Partes concordam em destinar a importância de até Cdn\$ 3.000.000 (três milhões de dólares canadenses) dos recursos oriundos do Acordo de empréstimo firmado em 13 de janeiro de 1977", fica modificado para: "Com vistas à execução do projeto mencionado no artigo II, as Partes concordam em destinar a importância de até Cdn\$ 3.540.000 (três milhões quinhentos e quarenta mil dólares canadenses) dos recursos oriundos do Acordo de Empréstimo firmado em 13 de janeiro de 1977".

b) O artigo XVI, em que se lê "O projeto previsto no presente Ajuste Complementar deverá ser executado até 12 de janeiro de 1982, a menos que as Partes decidam o contrário", fica modificado para: "O projeto previsto no presente Ajuste Complementar deverá ser executado até 12 de julho de 1985, a menos que as Partes decidam em contrário".

2. Caso o Governo do Canadá concorde com a proposta supracitada, tenho a honra de propor que esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo,

Governo, constituam uma Emenda ao Ajuste Complementar entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministério da Fazenda

SECRETARIA GERAL

PORTARIA Nº 425, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1984

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, usando, nos termos do Decreto nº 83.843, de 14 de agosto de 1979, da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 160, de 28 de fevereiro de 1980, do Ministro da Fazenda e tendo em vista o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 178, de 16 de fevereiro de 1967, RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, do terreno, com a área de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), parte de maior porção, situado na Rua Coronel Pedro Celestino, esquina com a Rua General Oliveira, no Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 0187-00209, de 1979.

Art. 2º - O terreno a que se refere o artigo 1º desta Portaria destina-se à execução das obras de proteção da Cidade de Porto Murtinho, contra as enchentes do Rio Paraguai, no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao terreno, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no artigo 2º desta Portaria, se inobservado o prazo nele fixado ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 426, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1984

Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, usando, nos termos do Decreto nº 83.843, de 14 de agosto de 1979, da competência que